

PROJETO DE LEI 339/2010

Sindicato propõe mudanças ao PL apresentado na Câmara

Páginas 4 e 5



VITÓRIA NA JUSTIÇA

Filiados terão nomes retirados do site da Prefeitura

Página 7

SINDICATO itinerante



Em breve, o carro comprado especialmente para viabilizar a iniciativa estará devidamente equipado e pronto para rodar a cidade, levando informações e prestando serviços aos servidores públicos municipais.

Página 3

Mutirões regionais constatam insatisfação de funcionários

Ações do Sindicato visando colher relatos para a atualização constante da pauta de reivindicações foram feitas no final de julho nos principais espaços públicos de atendimento à população.

Página 4

Nada de reajuste, somente gratificações

Ao contrário dos funcionários públicos federais – que têm passado por um processo de valorização nos últimos anos – os servidores municipais de São Paulo seguem sendo tratados de maneira degradante pelo prefeito Gilberto Kassab. A gestão paulistana continua não atendendo à pauta dos trabalhadores e do Sindsep pleiteando reajuste linear de ao menos 22,95%.

A reposição é uma justa reivindicação, já que os salários dos servidores estão achatados há muito tempo. Prova disso é que o salário mínimo aplicado pelo município é de R\$ 439,86, enquanto o nacional está em R\$ 510,00. Além disso, o gasto da prefeitura com a folha de pagamento fica muito abaixo do estipulado pela lei.

Para tentar compensar a penosa situação dos servidores, tem concedido gratificações a algumas categorias o que, embora possa ajudar os trabalhadores, não corresponde às suas reais necessidades financeiras.

Soma-se a isso a piora nas condições e relações de trabalho, especialmente com a introdução das Organizações Sociais na administração pública. Na prática, as OSs servem para terceirizar os serviços e precarizar as relações trabalhistas, atropelando os direitos dos servidores.

Embora não esteja de acordo com as gratificações, o Sindsep está orientando a categoria a acompanhar a votação de projeto de lei sobre o tema que em breve deve ser apresentado na Câmara. Somente a presença dos trabalhadores, acompanhando e pressionando os vereadores, será capaz de fazer valer

os direitos e os interesses dos funcionários públicos.



Irene Batista
Presidente do Sindsep

MUNICIPAIS DE SÃO PAULO - AGOSTO DE 2010
Sede: Rua da Quitanda, 162 - Centro - CEP 01012-010
São Paulo SP- Tel/fax: (11) 2129 2999
secgeral@sindsep-sp.org.br - www.sindsep-sp.org.br
Presidente: Irene Batista de Paula

Senado aprova 30 horas semanais



Assistentes sociais de todo país tiveram uma importante vitória em agosto. O Senado aprovou o projeto de lei complementar 152/2008 fixando a carga horária dos assistentes sociais em 30 horas semanais. A proposta acrescenta dispositivo à Lei 8.662/93 e garante ainda a adequação da jornada, sem redução de salário, aos profissionais com contrato de trabalho em vigor. Para valer, a lei precisa apenas passar pela sanção do presidente Lula.

O dispositivo visa desfazer uma injustiça já que os assistentes sociais integram uma categoria cujo traba-

lho leva rapidamente à fadiga física, mental e emocional. O mesmo ponto de vista foi reafirmado por senadores que participaram da sessão.

Atualmente, não há na legislação a determinação da carga horária de trabalho dos assistentes sociais. Por isso, vale para a categoria o que vale para os demais trabalhadores, o limite de 44 horas semanais.

Além de fixar em 30 horas semanais a carga horária, o projeto determina ainda que nos contratos em vigor deverá se aplicar a nova regra, e não é permitido ao empregador fazer qualquer redução salarial.

Servidores continuam lutando por aprovação da PEC 270

Servidores de todo Brasil lutam e aguardam a votação e aprovação da PEC 270, um importante dispositivo que garante o direito à aposentadoria integral para servidores afastados por invalidez permanente ou doença grave. Há dois anos tramitando na Câmara, o Projeto de Emenda à Constituição pode ser finalmente votado. Um dos últimos requerimentos pedindo a entrada da PEC na ordem do dia da

Câmara foi feito no começo de agosto. O esforço dos movimentos sindicais neste momento é o de pressionar os deputados para a aprovação da PEC.

O caso de Marisa Leal exemplifica a importância da emenda. Durante 27 anos, ela prestou serviço à população paulistana como servidora municipal da área de saúde. Entre outras coisas, ajudou a implantar o Hospital de Itaquera. No começo dos anos 2000, foi afastada de suas funções, passando a trabalhar no Serviço de Atendimento ao Cidadão. O desgaste da situação trouxe à tona um grave problema de saúde que até então, Marisa desconhecia sofrer: a esclerose múltipla. O processo degenerativo acabou obrigando a assistente social a se aposentar por invalidez em 2005, aos 53 anos. “Eu não queria deixar de trabalhar porque fazia o que eu gostava, mas não tive escolha”, recorda-se.

Hoje, Marisa precisa utilizar cerca de 60% de sua renda com o tratamento. “É uma despesa muitíssimo grande. Felizmente, meus filhos estão comigo”, diz. E completa: “o pior é que perdi a paridade e a proporcionalidade, de maneira que minha situação está paralisada”.



Para ela, a “aprovação da PEC é fundamental porque não é justo que, depois de anos nos dedicando ao Estado, fiquemos na mão justamente no momento em que mais precisamos de apoio e de recursos”.

CALENÁRIO DE ATIVIDADES

Agosto
Dia 25 - Plenária dos Cipeiros, das 9h às 13h, no Sindsep

Setembro
Dia 17 - Reunião do Conselho Diretor. 9h, no Sindsep
Dias 23 e 24 - 3º Seminário de Saúde “Modelo de Gestão – Direitos e Organização dos Trabalhadores – Módulo II, das 9h às 18h, local a definir

Curso esclarece dúvidas e questiona prazos

Desde junho, quando a Prefeitura de São Paulo publicou decretos sobre as regras para promoção e progressão dos funcionários públicos, foram muitos os questionamentos surgidos entre os trabalhadores. Por isso, o Sindsep realizou no dia 4 de agosto, juntamente com a Plenária de Representante Sindical de Unidade, um curso específico sobre o assunto, visando esclarecer as dúvidas mais frequentes. Na ocasião, os participantes puderam perguntar diretamente aos diretores e ao depto. Jurídico sobre como proceder para participar do processo e os requisitos para cada caso.

Na avaliação do Sindsep, a iniciativa obteve bons resultados, mas há muitos problemas que ainda precisam ser solucionados junto à administração pública. Um deles diz respeito ao prazo exíguo determinado para a apresentação de títulos e para recurso dos trabalhadores que se sentiram prejudicados na pontuação. Não houve tempo hábil para a resolução desses problemas e funcionários que estavam de férias sequer tiveram a oportunidade de participar do pro-



Plenária dos RSU e curso sobre Progressão/Promoção do PCCS dos níveis básico, médio, universitário e trabalhadores estatutários da saúde que ocorreu no dia 4 de agosto



cesso. Além disso, as informações passadas pela Prefeitura foram confusas e desencontradas, resultando em grande confusão entre os servidores.

Para lidar com a situação, além de elaborar um guia prático e o curso, o Sindsep entrou na Prefeitura com um pedido de reabertura do processo de promoção e progressão e apresentação de títulos com tempo suficiente para haver a convocação dos trabalha-

dores e para a elaboração de recursos dos que se sentiram prejudicados pelo processo anterior. Até o momento, o sindicato não obteve resposta. Por isso, segue cobrando providências da gestão municipal.

A progressão funcional consiste na passagem do servidor da categoria em que se encontra para a imediatamente superior, dentro do mesmo nível da respectiva carreira em razão do re-

sultado da avaliação de desempenho, associado a requisitos específicos para cada nível.

Já a promoção consiste na elevação do servidor na carreira, de um nível para outro, em razão do resultado da avaliação de desempenho associado aos requisitos específicos de cada nível. Mais informações sobre o assunto podem ser obtidas em nosso site e no depto. Jurídico do Sindsep.

SINDICATO itinerante



Com um trabalho de base consolidado ao longo de sua história, o Sindsep terá em breve uma estrutura itinerante, um instrumento a mais na aproximação entre sindicato e filiados. Em breve o carro comprado especialmente para viabilizar a iniciativa já estará devidamente equipado e pronto para rodar

a cidade, levando a estrutura do Sindsep aos pontos de maior concentração de servidores públicos. Com isso, a entidade quer ainda facilitar o acesso dos servidores municipais às informações e serviços do sindicato e ampliar a mobilização dos trabalhadores em torno das reivindicações da categoria.

Prestação de informações individualizadas das ações dos 10%, 62%, 81% e demais. Campanha de filiação com prêmios, entre outros pontos.

Sindsep recebe apoio e constata insatisfação de funcionários

No final de julho, o Sindsep realizou mais um mutirão de visitas. Diretores de diversas áreas percorreram espaços públicos em várias regiões colhendo relatos para a atualização da pauta de reivindicações e para aproximar ainda mais o sindicato de sua base.

Na região Leste 3, os diretores estiveram na Subprefeitura de Guaianazes. Ali, foi constatado um sentimento de grande insatisfação e de falta de perspectiva entre os trabalhadores. Foram relatados, inclusive, cinco casos de falecimentos ligados a problemas de saúde agravados pela falta de boas condições de trabalho, salário e aposentadoria. As reclamações giraram em torno, principalmente, dos baixos salários praticados pela administração pública municipal, que continua aplicando um mínimo muito inferior ao nacional.

23 de julho foi mais um dia de visita do Sindsep aos trabalhadores do Hospital do Campo Limpo. O sindicato, junto com os funcionários, realizou uma manifestação em frente ao pronto-socorro, que reuniu também representantes de outras unidades de saúde da região.

Foram reivindicadas melhores condições de trabalho, aumento de salários e Plano de Cargos e Carreira para os celetistas, bem como sua reavaliação e prorrogação para os efetivos, já que grande parte dos trabalhadores ficou de fora da progressão e promoção. Também se protestou contra o aumento do valor das refeições – que de R\$ 4 subiu para R\$ 8 sem que tenha havido melhora na qualidade –, o fechamento da creche e o assédio moral.

Na ocasião, para poder participar da manifestação, os trabalhadores se organizaram de maneira a não prejudicar a assistência aos pacientes, reve-



Mutirão no Hospital Saboya



Mutirão no Hospital do Campo Limpo

zando-se nas duas horas que durou o ato, numa demonstração de responsabilidade e respeito ao usuário.

A própria população – que aguardava atendimento no AMA e no pronto-socorro – participou e apoiou a manifestação, na qual também estiveram presentes representantes do Conselho Gestor do hospital e do Fórum de Saúde do Campo Limpo.

No dia 26, também houve mutirão na Zona Sul, nas subprefeituras de Santo Amaro, Cidade Ademar e Capela do Socorro. Ali, a percepção geral dos representantes do Sindsep é de que os trabalhadores são intimidados por chefias autoritárias que se comportam como verdadeiros coronéis, o que dificultou a conversa entre os diretores do sindicato e os funcionários.

Na região Sudeste, dia 27, a visita

começou pelo Hospital Artur Saboya – onde a maioria dos funcionários é ligada às autarquias. Foram muitos os relatos dando conta da falta de bons salários e de condições decentes de trabalho e denunciando a discriminação dos funcionários pelos chefes, que privilegiam os terceirizados.

Também houve manifestação envolvendo diretores e trabalhadores em frente ao pronto-socorro do hospital, reivindicando aumentos da TLP e do salário, PCCS da autarquia e a manutenção da CCI Meu Sonho. O mutirão seguiu ainda pela Subprefeitura do Jabaquara, pelo Centro de Especialidade Geraldo, A. E. Ceci e CAPS Vila Mariana.

Nas zonas Noroeste e Oeste, os diretores do Sindsep estiveram no hospital, pronto-socorro e ambulatório, Subprefeitura e CRAS de Pirituba, encerrando as atividades no Hospital e Maternidade Cachoeirinha. Nesses locais, os questionamentos focaram-se principalmente no aumento salarial, aposentadoria e questões jurídicas.

Ficou clara também a insatisfação com o fato de as gratificações para os níveis básico e médio só virem a ser pagos em 2011 e com os constantes problemas ligados ao assédio moral sofrido por muitos desses funcionários.

Ainda na Zona Norte, também teve mutirão no Centro de Controle de Zoonoses, com panfletagem e visita aos trabalhadores. O Sindsep participou, ainda, da entrega de “uniformes” aos novos agentes (veja matéria na página 6).

O mutirão do dia 28 – na sede da autarquia hospitalar – e do dia 29, na Leste 1 – também foram muito bem avaliados pelos diretores do Sindsep.



O Diário Oficial do Município publicou no dia 5 de agosto o texto do Projeto de Lei 01-339/2010, do Executivo, instituindo a Gratificação de Atividade a ser concedida aos servidores municipais integrantes das carreiras dos níveis básico e médico do Quadro de Pessoal da Prefeitura do Município de São Paulo.

Diante do texto, o Sindsep levanta alguns itens que, acredita, devem ser revistos. O primeiro deles é que a lei passa a vigorar apenas a partir de 2011; a proposta do sindicato é que passe a valer a partir da aprovação do projeto.

Outro ponto questionado é que os percentuais apresentados são os valores máximos a serem pagos, ou seja, cada servidor pode receber um valor de acordo com seu desempenho, faltas, licenças, etc.

No caso do artigo 11, o Sindsep quer propor emenda para incluir o pagamento da GAP às autarquias e a outras categorias que atendem o público.

O artigo 12, determina que “os valores da Gratificação de Apoio à Educação devida aos integrantes das carreiras do Quadro de Pessoal do Nível Médio na forma da Lei nº 14.244, 29 de novembro de 2006, e legislação subsequente, bem como os relativos ao Prêmio de Produtividade de Desempenho previsto na Lei nº 14.713, de 2008, serão paulatinamente absorvidos nos valores da Gratificação de Atividade”.

Em seu parágrafo único, coloca que “até a absorção total dos valores da gratificação e do prêmio de que trata o “caput” deste artigo, na forma e datas previstas no artigo 2º desta lei, será mantido o pagamento da parcela não absorvida”.

Sindicato critica PL 339/2010 e propõe mudanças

PL's encaminhados à CMSP

• GCM

- Gratificação pelo Exercício de Função em Regiões Estratégicas para a Segurança Urbana – 20% a 80% do QGC 1A (R\$ 106 a R\$ 427)
- Gratificação pelo Exercício da Atividade de Motorista de Viatura Operacional – até 30% do QGC 1A (R\$ 160)
- Prêmio de Desempenho em Segurança Urbana – Valor máximo R\$ 2.000
- criação de funções gratificadas no quadro da GCM (R\$ 500 a R\$ 2.200) e extensão da Gratificação pela Execução

de Trabalho Técnico de Utilidade Pública – 25% QPA 13A (R\$ 353)

• Níveis Básico e Médio

- Gratificação de Atividade: a ser concedida aos servidores integrantes das carreiras dos níveis básico e médio, calculado sobre o padrão inicial da respectiva carreira, em razão do resultado da avaliação de desempenho, metas e títulos:
 - 50% - janeiro de 2011 (B - R\$ 220 / M - R\$ 322)
 - 70% - janeiro de 2012 (B - R\$ 308 / M - R\$ 451)

O sindicato considera falsa a questão da absorção dos valores uma vez que é incompatível com a gratificação de desempenho, portanto, ao PPD e PDE. O servidor, ao optar por uma ou outra, perderá a GAE e o PPD, pois os valores são menores que a tal gratificação. No caso da GAE é mais escandaloso ainda, já que para o nível básico não é criada tal absorção.

Outro ponto é que o PL altera os PCCS de nível básico e nível médio quanto à progressão e promoção. Também vale ressaltar que o projeto de lei altera a lei 14.600 quanto à incorporação da gratificação.

Além disso, o PL reabre os prazos de opção dos PCCS, mas o pagamento será a partir do cadastramento do ato e não retroativo, e coloca o reajuste em 0,01% a partir de maio de 2009 e 0,01% a partir de maio de 2010.

Por fim, o PL não prevê a extensão da gratificação para o Iprem, SFMSP, HSPM e Autarquia Hospitalar.

Fiquem atentos, o Sindsep solicitou uma Audiência Pública para discutir o PL junto à Câmara Municipal.

Substitutivo

Diante do texto do PL, o Sindsep descreve a seguir os tópicos que serão objeto de substitutivo:

- Extensão da Gratificação de Atividade aos servidores que tiverem se aposentado na data de publicação da lei;
- Extensão da Gratificação de Atividade a todos os servidores de nível superior não beneficiados pelas demais gratificações de desempenho pagas às diversas carreiras de nível superior;
- Extensão da Gratificação de Atividade aos trabalhadores de todas autarquias municipais; Funerária, IPREM, HSPM e Autarquia Hospitalar
- Pagamento imediato da Gratificação de Atividade no percentual de até 50% (a partir da publicação da lei) e pagamento da Gratificação de Atividade no percentual máximo (até 70%) no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da publicação da lei.
- Extensão da GAP (Gratificação de Atendimento ao Público) a todos os servidores que fazem atendimento ao público, independentemente do cargo ou função.

EDUCAÇÃO

Sindsep quer criar comissão para cobrar ações da SME

Os profissionais da educação permanecem aguardando uma resposta da Secretaria responsável pela área sobre a formação de uma comissão especial para discutir reivindicações ainda não atendidas pela administração pública, entre elas a valorização dos quadros das Adis, PDIS e Peis.

A espera se arrasta desde abril. Em reunião realizada naquele mês envolvendo representantes da prefeitura e do sindicato para discutir especificamente a educação, a administração municipal aceitou tratar de alguns itens, mas ressaltou que os demais passariam a ser discutido em tal comissão, que seria organizada até agosto. Mas, até o momento nada foi feito.

Desde então, o Sindsep vem pro-

curando a Secretaria Municipal de Educação e vários escritórios foram enviados solicitando uma reunião para aprofundar o debate sobre as demandas dos trabalhadores da área, mas até o momento tais funcionários, essenciais para a sociedade, seguem sendo ignorados pela gestão Kassab.

A direção do sindicato planeja, agora, organizar uma comissão para visitar a SME e cobrar do titular, Alexandre Schneider, uma reunião onde sejam tomadas resoluções sobre as reivindicações da categoria. Por isso, conclama a todos os profissionais da área a participarem desse movimento. Os que tiverem interesse em fazer parte dessa comissão devem entrar em contato com o Sindsep.

GAE, uma pedra no sapato do governo

Desde sua criação – fruto de uma greve de profissionais de educação onde aderiram os AGPPs do CEU Alvarenga, em 2007 – a Gratificação de Apoio à Educação sempre foi uma conquista que o governo nunca “engoliu”. Mesmo a lei que a criou citando os AGPPs, que trabalham em órgãos de SME, estes, não receberam no primeiro momento.

Com uma intensa mobilização em 2008, realizando atos em frente a se-

cretaria de gestão e fazendo visitas aos vereadores, que culminaram em greve com adesão de 21 dos 22 CEUs existentes na época, foi aprovada uma lei que garantia o recebimento da GAE aos AGPPs de CEUs.

No momento em que foi incorporada definitivamente aos salários dos professores, o governo tentou novamente extingui-la e, mesmo não incorporando para os AGPPs e Agentes de Apoio, tinha intenção de retirar esta gratificação desses profissionais. O Sindsep marcou posição na negociação garantindo a continuidade do recebimento.

Agora, com a proposta de novas gratificações que o governo está apresentando (veja matéria ao lado), surge novamente ameaça de retirada da GAE, com a absurda justificativa de incompatibilidade entre elas! Mais uma vez teremos que lutar pela manutenção desta conquista que foi arrancada com muita luta!

Sindsep solicita nova mesa de negociação

A direção do Sindsep solicitou a Superintendência do HSPM mesa de negociação com o objetivo resolver questões relativas à divulgação da lista dos trabalhadores que serão beneficiados pela progressão e promoção e os problemas relatados por eles para participar desse processo.

A busca do sindicato pelo diálogo com o órgão parte da avaliação de que o PCCRS não atendeu às expectativas dos trabalhadores; de que esta é a primeira evolução da carreira dos optantes do plano e de que muitos têm títulos e avaliação de desempenho.

Por isso, o Sindsep propõe que

todos os trabalhadores que tenham tempo para realizar a evolução sejam progredidos e aqueles que tenham tempo, avaliação e títulos progridam duas vezes.

Enquanto aguarda resposta para esse conjunto de propostas, o sindicato convoca os trabalhadores a não se intimidar e retirar sua ficha de recurso no RH porque é um direito dos funcionários recorrerem de todas as notas que considerarem inadequadas.

Mais informações podem ser obtidas no departamento jurídico do sindicato, onde foi feito um esquema de plantão para atender aos trabalhadores e elaborar recursos.

ZONOSSES

Kassab leva vaia e agentes seguem pressionando por mudanças

Recentemente, durante abertura da atividade da SMS/Covisa de capacitação aos agentes de apoio à saúde/zoonoses, o prefeito Gilberto Kassab teve que ouvir as vaias e o protesto dos trabalhadores da área.

A manifestação é uma resposta à atitude da administração pública municipal, que segue atropelando as reivindicações dos trabalhadores de zoonoses. A categoria vem lutando para que a carreira de agentes de combate a endemias seja reconhecida como uma carreira de saúde (EC nº 51). Além disso, a prefeitura paga salário padrão de R\$ 439,00, menor do que o salário mínimo nacional (R\$ 510,00), os locais de trabalho continuam em péssimas condições e há três anos os agentes estão sem receber novos uniformes. Neste dia foi distribuído um colete e um boné para cada agente

Soma-se a isso o fato de que o novo modelo de trabalho dos agentes nas UBS

– como a SMS insiste em implantar – não é capaz de combater adequadamente a dengue, que já contaminou mais de 5 mil pessoas – em casos autóctones e importados, o índice de contaminados é maior que 2007.

Apesar desse quadro alarmante, a prefeitura dispensou os agentes contratados de emergência de 2007 e no dia 14, no DOC, saiu a autorização para prorrogar por mais três meses o contrato dos agentes de 2001, pois ainda não foram efetivados todos os concursados. Desta forma, continua a luta pela aprovação do PL 268/2010, que garantiria o emprego de todos. O sindicato questiona ainda na Secretaria da Saúde a perseguição que o diretor Jaime Loza vem sofrendo por lutar por melhores condições de trabalho juntamente com os trabalhadores da base de zoonoses de Aricanduva/Moóca, exigimos a sua permanência na base.



Jornal demonstra gestão irregular das OSs

A Folha de S. Paulo noticiou no dia 12 de agosto o que o Sindsep e outras entidades vêm denunciando há tempos: a gestão irregular da saúde pelas Organizações Sociais e os malefícios que esse tipo de gestão acarreta à sociedade e ao erário público.

Segundo o jornal, uma entidade criada por empresários da construção civil ganhou da prefeitura o título de OS. Em seguida, o dinheiro público injetado pela prefeitura foi usado para contratar a empresa do filho de um dos diretores, a Associação Paulista de Oftalmologia e Saúde. O diretor da Apos é o médico Francisco Penteadó Crestana, filho de Francisco Virgílio Crestana, ex-presidente e atual conselheiro da entidade, o Seconci (Ser-

viço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo).

Segundo o Tribunal de Contas do Município, a situação é irregular porque uma OS deveria contratar e pagar diretamente os médicos que atuam nos postos e não terceirizá-los. “A prefeitura terceiriza a gestão do posto, entrega a uma OS. Depois, a OS terceiriza o atendimento, a própria atividade-fim. Essa ‘quarteirização’ não é prevista no contrato”, diz o conselheiro do TCM Maurício Faria.

Ainda de acordo com o jornal, em 30 dias o tribunal julgará o contrato entre essa OS e a prefeitura e o TCM pode, por exemplo, determinar maior fiscalização sobre as OSs ou até mesmo o rompimento desse contrato.

Curso de enfermagem é inesperadamente suspenso

Imagine que você está estudando há alguns meses e um dia, ao chegar à aula, encontra tudo fechado, sem nenhum aviso. A situação, que parece absurda, aconteceu com funcionários públicos que frequentavam um curso técnico de enfermagem nas zonas Leste e Sul, ministrado pela prefeitura através de seu Centro de Formação. A suspensão foi publicada no dia 29 de julho

no Diário Oficial do município, mas os alunos não foram informados a respeito. Feito com recursos repassados pelo Ministério da Saúde, o curso é dado em 11 pólos diferentes e foi uma vitória conseguida pela pressão dos trabalhadores e do Sindsep. A suspensão das aulas – já em fase de estágio – teria acontecido devido a problemas encontrados no contrato de prestação de serviço entre a prefeitura e a escola responsável pelas aulas. Portanto, a interrupção seria temporária.

Acionado logo após o ocorrido, o Sindsep tentou contato com a Secretaria da Saúde, mas até o momento não recebeu nenhum tipo de resposta. O sindicato espera uma posição dos órgãos públicos e pretende colocar o assunto na mesa de negociações que acontece em agosto.

3º Seminário de Saúde/ Sindsep

“Modelo de Gestão – Direitos e Organização dos Trabalhadores – Módulo II

23 e 24 de setembro de 2010 - das 9h às 18h

Local: a definir

Inscrições abertas: 2129-2999 (Rosângela)

Taxas	Filiados(as)	Não filiados(as)
Nível Básico	R\$ 15,00	R\$ 20,00
Nível Médio	R\$ 20,00	R\$ 25,00
Nível Superior	R\$ 25,00	R\$ 30,00

Dados para depósito: Banco: Itaú

Agência: 0057 - C/C: 54078-3

Faz-se necessário envio do comprovante de depósito por fax (2129-2999 - ramal 246).

Filiados terão nomes retirados do site da PMSP

Mais uma vitória na justiça. Filiados do Sindsep terão seu nome, cargo, lotação e vencimentos retirados da listagem que a PMSP disponibiliza em seu site.

Por maioria de votos, o Órgão Especial, instância máxima do Tribunal de Justiça de São Paulo, acolheu o mandado de segurança coletivo impetrado pelo Sindsep, determinando a retirada imediata e urgente de informações como o nome completo, cargo ocupado, unidade em que exerce o cargo e a remuneração bruta dos seus filiados, que consta da listagem única dos servidores contida no site da Prefeitura do município de São Paulo.

No entender do TJ/SP, a publicação da listagem, da forma como foi feita, “sem sombra de dúvida, se mostra abusiva, na medida em que traduz ofensa aos fundamentais direitos à privacidade e segurança, o que não pode ser tolerado”, sendo que “é de se concluir que a remuneração individual de cada servidor é assunto a ser mantido em sigilo, em nome do princípio da privacidade de cada indivíduo”, razão pela qual “não se entrevê, destarte, interesse público na divulgação da remuneração de cada servidor”.

O Tribunal de Justiça ainda advertiu o Prefeito, ao dizer que “bem poderia ter sido evitada a desnecessária e abusiva exposição pública dos servidores municipais, com a simples publicação dos cargos, com as respectivas remunerações, sem qualquer menção ao nome dos ocupantes, o que, por certo, atenderia ao comando da norma constitucional estatuída no artigo 39, parágrafo 6º da Carta de 1988”.

Ainda cabe recurso da PMSP ao Supremo Tribunal Federal, mas, quando se trata de mandado de segurança, este recurso não tem efeito suspensivo, o que significa que a decisão do TJ/SP deveria estar sendo cumprida imediatamente, com a suspensão da veiculação da decisão no site – salvo decisão judicial em contrário. A PMSP entrou com embargos de declaração, visando questionar constitucionalidade da matéria. Isso interrompe o prazo para interposição de recursos. Tais embargos ainda não foram julgados.



Ações dos 2,85% e dos Quadrimestrais em fase de execução

Como já informado anteriormente, o Sindsep ganhou mais duas ações na Justiça para os seus filiados servidores da Administração Direta. Uma diz respeito ao reajuste de 2,85%, referente ao quadrimestre de março a ju-

lho de 1997, e outra que diz respeito a reajustes de vários quadrimestres e algumas perdas salariais referentes à Lei nº 12.397/97.

As duas ações encontram-se em fase de execução de sentença e foi dado prazo de 120 dias (que será em setembro) para que a Prefeitura realize o apostilamento do reajuste de 2,85% nos prontuários dos filiados do Sindicato. Em relação a outra ação, a Prefeitura ainda será citada para realizar o apostilamento.

Ação de indenização por danos morais

O Departamento Jurídico do Sindsep está estudando a possibilidade da entidade pleitear danos morais em favor de seus filiados, em razão da exibição ilegal de seus nomes e vencimentos no site da Prefeitura.

A possibilidade de se pleitear a reparação advém da ilegalidade cometida pela Prefeitura de São Paulo, reconhecida pelo Tribunal

de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do Mandado de Segurança impetrado pelo Sindsep em favor de seus filiados.

Além da viabilidade de uma ação coletiva, estudam também as chances da decisão cair no Supremo Tribunal Federal e a possibilidade de ajuizamento para novos filiados, que não foram beneficiados pela decisão do Mandado de Segurança.

Aposentadoria especial

O Sindicato ajuizou, no mês de junho, um Mandado de Injunção Coletivo com o objetivo de fazer a Prefeitura apreciar os pedidos de aposentadoria especial formulados por seus servidores, segundo os critérios do Regime Geral de Seguridade Social. Tal ação é movida perante o Supremo Tribunal Federal e tem demorado – em média – um ano para ser julgada.

A Constituição Federal, em seu artigo 40, parágrafo 4º, estabelece que uma lei complementar disporá sobre a

aposentadoria em condições especiais aos servidores públicos. Porém, esta lei complementar jamais foi proposta, votada ou aprovada. Por isso, a medida judicial indicada é o Mandado de Injunção.

A intenção do Sindicato é que o Mandado de Injunção beneficie toda a categoria, para que qualquer servidor público municipal da administração direta ou das autarquias municipais, que trabalhe em condições especialmente penosas, possa pedir a aposentadoria especial, inclusive com redução do tempo de contribuição, e, consequentemente, ter este pedido apreciado pela Prefeitura de São Paulo – na falta de normas específicas – segundo os critérios fixados em lei federal para o Regime Geral da Seguridade Social (INSS).

Esta ação foi distribuída para a ministra Carmen Lucia e aguarda julgamento. Porém, é possível que a decisão se restrinja aos filiados, mais uma razão para você se filiar.

Idosos têm prioridade no pagamento dos precatórios

O filiado do Sindicato que possui ação com o Sindsep e que essas ações possuam precatórios emitidos em seu favor e tenham mais de 60 anos ou sejam portadores de doenças graves podem solicitar prioridade no pagamento de seus créditos.

Para a comprovação da idade, o filiado deverá trazer ao Departamento Jurídico cópia do documento de identidade e CPF. Para os portadores de doenças graves é necessário laudo ou prescrição médica por sua via original e cópia do CPF.

Lista de doenças graves: Tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, esclerose múltipla, hanseníase,

paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da deficiência imunológica adquirida-AIDS, hepatopatia grave, ou outra doença grave, com base na conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após o início do processo.

É importante frisar que, embora tenha sido definida a prioridade para os credores da Prefeitura que se enquadram nas hipóteses acima, não há prazo determinado para o pagamento dos créditos.

Sindsep entrega dossiê contra as OSs

A direção do Sindsep segue seu trabalho contra as Organizações Sociais. No dia 31 de julho, juntamente com membros do Fórum Paulista pela Revogação das Organizações Sociais, Irene Batista de Paula, presidente do sindicato, esteve com o candidato do PT ao governo de São Paulo, Aloizio Mercadante.



Irene entrega dossiê para Mercadante

Na ocasião, foi entregue ao petista um dossiê sobre os malefícios que as OSs trazem ao sistema público de saúde e aos seus usuários. Conforme dados do mesmo fórum, cerca de 60% dos serviços de saúde do estado está sob gestão das OSs. O movimento busca apoio do candidato para a

revogação da lei que permite seu funcionamento.

Mercadante declarou que um dos grandes problemas das organizações é que atendem “de portas fechadas”, ou seja, por meio de

marcação de consultas, o que acaba resultando em superlotação nos hospitais públicos.

Na prática, a adoção das OSs é uma forma de entregar à iniciativa privada uma responsabilidade que é do Estado. Além disso, o serviço prestado é de baixa qualidade e a gestão das OSs, com o objetivo de cortar despesas, contribui diretamente para a precarização das relações e das condições de trabalho.

TV CUT

CUT terá tevê na web

Em meados de agosto, entra no ar a tevê web da CUT nacional, uma parceria entre a Central e a produtora Via TV. A iniciativa foi tomada durante o Encontro da Direção Nacional da CUT, no final de julho e visa levar informação de qualidade, dialogar com a sociedade e popularizar as

ideias da Central, garantindo seu caráter político-social. Nas palavras do presidente da CUT, Artur Henrique, a tevê é uma forma de “iniciar mais uma frente para democratizar, de fato, a comunicação”.



Direitos iguais para funcionários e aposentados

O Sindsep reafirma seu compromisso com os aposentados do serviço público municipal. Por isso, continua na luta para que as conquistas da ativa se estendam também para aqueles que já contribuíram, com sua

força de trabalho, para o bom funcionamento da estrutura municipal paulistana. O sindicato lembra ainda que os direitos que forem negados aos aposentados serão, em último caso, reivindicados juridicamente.

GAP para Funerária

Desde sua regulamentação, a Gratificação de Atendimento ao Público, não contempla os servidores das autarquias (funerária, IPREM, HSPM e Autarquia Hospitalar), apesar da intensa reivindicação do Sindsep. O governo se finge de morto. Agora, o Sindicato tem informações de que a SMG determinou à Funerária o levantamento do impacto financeiro para o pagamento dessa gratificação. Mas, fica a pergunta: vai pagar mesmo?

SEJAM BEM-VINDOS!!

O Sindsep deseja boas-vindas aos novos servidores que estão tomando posse na prefeitura. Estivemos na posse dos Assistentes de Gestão de Políticas Públicas, distribuindo o Boletim do Sindsep e levando informações aos colegas sobre nossas lutas. Chegando nas unidades chamamos todo os colegas a se filiarem e virem para a luta.

BB consegue nova liminar para manter exclusividade de empréstimo consignado

O Banco do Brasil derrubou novamente a liminar que liberava para outros bancos o empréstimo consignado à funcionários da PMSP que agora volta a ter a exclusividade. Em abril, o Banco do Brasil derrubou a liminar do Sindsep.

Aniversariante ganha brinde do sindicato

Ser lembrado no dia do aniversário é sempre um momento gostoso. Sabendo disso e buscando estreitar ainda mais sua relação com os filiados, o Sindsep está dando brindes àqueles que estão apagando as velinhas. Além de receber os votos da direção do sindicato por meio de carta enviada pelo Correio, os aniversariantes de cada mês podem também se dirigir até a sede do Sindsep, Rua da Quitanda, 162, para retirar o seu brinde.



Lima (à dir.), do Sindsep, entrega relógio ao aniversariante, servidor aposentado.

Entre em contato com o Sindsep e atualize seu cadastro

Jornal do Sindsep - Municipais/SP

Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do Município e São Paulo
Rua da Quitanda, 162 - Centro - Tel. (11) 2129 2999
São Paulo/SP - CEP 01012-010

IMPRESSO ESPECIAL
6589/01-DRSPM
SINDSEP
CORREIOS

IMPRESSO

END. DEVOLUÇÃO: Rua da Quitanda, 162 cep: 01012-010 - Centro - SP

PARA USO DO CORREIO

- | | |
|---------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado |
| <input type="checkbox"/> Falecido | <input type="checkbox"/> Inf. escrita p/port/sindicó |
| <input type="checkbox"/> Ausente | <input type="checkbox"/> |

DATA

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM

ASSINATURA E Nº DO ENTREGADOR

